



CEA II - Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.

Demonstrações
financeiras de 2019



Índice



BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. GESTÃO DE RISCOS.....	11
4. REAPRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	14
5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	15
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	15
7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES.....	17
8. INVESTIMENTOS.....	17
9. IMOBILIZADO	17
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	19
11. FORNECEDORES.....	21
12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	22
13. PARTES RELACIONADAS	22
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	23
15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	23
16. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS	24
17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	25
18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	25
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	25
20. EVENTOS SUBSEQUENTES	26

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	516	437	28.028	3.899
Clientes	6	-	-	30.175	13.806
Dividendos a receber	13	2.822	-	-	-
Outros créditos	7	1.056	1.999	5.320	1.046
Total do ativo circulante		4.394	2.436	63.523	18.751
Ativo não circulante					
Caixa restrito	5	-	-	30.358	55.323
Clientes	6	-	-	23.952	20.511
Outros créditos	7	12.151	14.185	-	-
		12.151	14.185	54.310	75.834
Investimentos	8	485.273	473.005	-	-
Imobilizado	9	7.223	7.196	1.110.018	1.147.493
Intangível	-	-	-	748	-
		492.496	480.201	1.110.766	1.147.493
Total do ativo não circulante		504.647	494.386	1.165.076	1.223.327
Total do ativo		509.041	496.822	1.228.599	1.242.078

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Passivo circulante					
Fornecedores	11	9	5	2.264	1.247
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	6.211	5.186	36.436	29.510
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	9	-	1.064	2.495
Outras obrigações	12	34.392	4.287	5.170	4.712
Total do passivo circulante		40.621	9.478	44.934	37.964
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	139.811	141.102	845.716	873.830
Fornecedores	11	-	-	-	12.385
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	7.572	-
Outras obrigações	12	754	28.343	2.522	-
Total do passivo não circulante		140.565	169.445	855.810	886.215
Total do passivo		181.186	178.923	900.744	924.179
Patrimônio líquido					
Capital social	14	343.193	334.709	343.193	334.709
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.290	-	2.290
Prejuízos acumulados		(15.338)	(19.100)	(15.338)	(19.100)
Total do patrimônio líquido		327.855	317.899	327.855	317.899
Total do passivo e patrimônio líquido		509.041	496.822	1.228.599	1.242.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Demonstrações de resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	-	-	199.205	155.248
Custos da operação, conservação e compras	16	-	-	(50.747)	(82.036)
Lucro bruto		-	-	148.458	73.212
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	17	(556)	(325)	(25.589)	(11.026)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	5	2	(11)	(60)
Resultado de equivalência patrimonial	8	28.017	(13.061)	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		27.466	(13.384)	(25.600)	(11.086)
Resultado operacional		27.466	(13.384)	122.858	62.126
Receitas financeiras	18	507	681	1.415	5.249
Despesas financeiras	18	(24.211)	(20.065)	(110.225)	(98.517)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(23.704)	(19.384)	(108.810)	(93.268)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.762	(32.768)	14.048	(31.142)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(10.286)	(1.626)
Lucro (prejuízo) do exercício		3.762	(32.768)	3.762	(32.768)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de Reais

Demonstrações de resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	3.762	(32.768)	3.762	(32.768)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	3.762	(32.768)	3.762	(32.768)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total geral
Saldos em 1º de janeiro de 2018	258.995	713	18.224	277.932
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	77.291	-	77.291
Aumento de capital	75.714	(75.714)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(32.769)	(32.769)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(4.555)	(4.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	334.709	2.290	(19.100)	317.899
Aumento de capital	8.484	(2.290)	-	6.194
Lucro líquido do exercício	-	-	3.762	3.762
Saldos em 31 de dezembro de 2019	343.193	-	(15.338)	327.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.762	(32.768)	14.048	(31.142)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	40.957	25.398
Resultado de equivalência patrimonial	(28.017)	13.061	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	17.711	10.842	62.109	64.231
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(1.554)	-
Amortização custo de captação	400	560	400	560
	(6.144)	(8.305)	115.960	59.047
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	15	(19.810)	(12.785)
Adiantamento à fornecedor	-	-	-	365.358
Outros créditos	3.011	(1.999)	(4.274)	(582)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	4	(44)	(11.368)	(73.056)
Obrigações trabalhista e tributárias	9	-	(1.431)	1.449
Outras contas a pagar	2.516	-	2.980	(17.328)
Fluxo de caixa após variações de ativos e passivos operacionais	(604)	(10.333)	82.057	322.103
Juros pagos com empréstimos	(7.756)	-	(49.679)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.714)	(1.626)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(8.360)	(10.333)	29.664	320.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	(27)	(6.617)	(4.230)	(578.556)
Aplicações financeiras	-	-	26.519	(52.556)
Partes relacionadas	-	743	-	7.386
Juros capitalizados no ativo imobilizado	-	-	-	10.242
Investimentos	12.893	(184.982)	-	1.894
Caixa líquido gerado (usado) pelas atividades de investimento	12.866	(190.856)	22.289	(611.590)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	158.000	-	246.927
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(10.621)	(23.114)	(34.018)	(64.867)
Aumento de capital social	6.194	75.713	6.194	75.000
Adiantamento para futuro aumento de capital social	-	2.289	-	2.289
Dividendos pagos	-	(268)	-	(268)
Partes relacionadas	-	(11.007)	-	-
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	(4.427)	201.613	(27.824)	259.081
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	79	424	24.129	(32.032)
No início do exercício	437	13	3.899	35.931
No fim do exercício	516	437	28.028	3.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEA II - Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. ("Controladora" ou "CEA II") é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte (MG), na Avenida Barbacena, no. 472, 4º. Andar, Sala 406. Em 1º. de junho de 2019 a CEA II passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. ("Omega"), por meio de aquisição de 100% das ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega no âmbito de um contrato de compra e venda de ações do Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis ("FIP IEER") celebrado em 5 de junho de 2019.

Fundada em 2015, a CEA II é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A CEA II e suas controladas diretas ("CEA II" ou "Companhia") operam 10 empreendimentos, denominados complexo Assuruá ("UGC Assuruá"), com capacidade total instalada para geração de 235 MW de energia renovável, localizados no estado da Bahia.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A CEA II opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa ("UGC").

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACR – Ambiente de Contratação Regulada;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 25 de março de 2019, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da CEA II é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 8.

As controladas diretas e respectivas atividades agrupadas são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2019	2018
Parque Eólico Assuruá III S.A. ("PEA III")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Assuruá IV S.A. ("PEA IV")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Laranjeiras I S.A. ("PEL I")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Laranjeiras II S.A. ("PEL II")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Laranjeiras V S.A. ("PEL V")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Capoeiras III S.A. ("PEC III")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Curral de Pedras I S.A. ("PECP I")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Curral de Pedras II S.A. ("PECP II")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Diamante II S.A. ("PED II")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-
Parque Eólico Diamante III S.A. ("PED III")	Bahia	Geração de energia eólica	100%	-

2.5 Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC06(R2) / IFRS16 Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou pela primeira vez o CPC06(R2) / IFRS 16 Arrendamentos, emitido pelo IASB em janeiro de 2016, que substitui a CPC 06 (R1) / IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve ser reconhecido um passivo de arrendamento no balanço patrimonial correspondente ao valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo reconhecer um ativo representando o direito de uso correspondente ao ativo subjacente o prazo do arrendamento. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo o CPC 06 (R1) / IAS 17. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A nova política contábil para reconhecimento e mensuração dos arrendamentos inclui:

- Contratos cujos prazos sejam superiores a 12 meses;
- Operações cujos valores não sejam considerados de baixo valor; e
- Aplicação da taxa incremental de empréstimo ("IBR") por parque, ou seja, a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no ativo imobilizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia analisou os impactos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 emitido pela CVM em 18 de dezembro de 2019, que trata basicamente dos aspectos relevantes da adoção do CPC06(R2) / IFRS 16. Como resultado, a Companhia alterou sua metodologia para a aplicação da taxa de desconto, adotando a recomendação de uso da taxa considerando dados públicos sobre títulos federais (considerados como livres de riscos) acrescidos do *spread* de risco de cada UGC, auferidos com base nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes com características semelhantes de prazo e garantias. Essa alteração, não provocou impactos materiais nas demonstrações financeiras apresentadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a Companhia concorda com o entendimento da CVM no sentido de que o determinado pelo CPC06(R2) em relação ao fluxo de caixa projetado provoca incorreções técnicas, uma vez que recomenda que esses fluxos de caixa projetados não incluam a inflação projetada, porém que a taxa de desconto seja nominal. Assim, ao projetar os fluxos de caixa para desconto, a Companhia adotou como política utilizar os valores contratuais corrigidos por uma inflação projetada, com base nos dados projetados pelo BACEN, descontando pela IBR, conforme comentado acima.

Não há impactos da adoção inicial dessa nova política, uma vez que a Companhia não possui ativos de arrendamentos.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a Omega, quantitativa ou qualitativamente. Um resumo é apresentado a seguir.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Além das alterações mencionadas acima, não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
2.5	Impactos do IFRS 16
9	Imobilizado

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção ("O&M") de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Companhia e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC CEA II não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2019	2018
Caixas e equivalentes	5	28.028	3.899
Clientes	6	54.127	34.317
Caixa restrito	5	30.358	55.323
Total		112.513	93.539

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 10.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 10.4.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo

ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$1,2 milhões. A Companhia acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. REAPRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a CEA II passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. ("Omega"), por meio de aquisição de 100% das ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega no âmbito de um contrato de compra e venda de ações do Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura Energias Renováveis ("FIP IEER") celebrado em 5 de junho de 2019.

Na avaliação dos ativos e passivos adquiridos da CEA II foram identificados passivos referente a déficit de energia nos contratos CCEAR para os quais não existia provisão contabilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia concluiu que por se tratar de uma incorreção naquelas demonstrações financeiras, aplicou os requerimentos contábeis do CPC 23 para correção de erros, ajustando os balanços e demonstrações de resultados apresentados para fins comparativos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os efeitos nas rubricas reapresentadas são os seguintes:

- **Balanco patrimonial**

	Controladora 31 de dezembro de 2018			Consolidado 31 de dezembro de 2018		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante	2.436	-	2.436	18.751	-	18.751
Outros ativos não circulante	21.381	-	21.381	1.223.327	-	1.223.327
Investimentos	485.390	(12.385)	473.005	-	-	-
Ativo não circulante	506.771	(12.385)	494.386	1.223.327	-	1.223.327
Total do ativo	509.207	(12.385)	496.822	1.242.078	-	1.242.078
Passivo circulante	9.478	-	9.478	37.964	-	37.964
Fornecedores	-	-	-	-	12.385	12.385
Outros passivos não circulante	169.445	-	169.445	873.830	-	873.830
Passivo não circulante	169.445	-	169.445	873.830	12.385	886.215
Total do passivo	178.923	-	178.923	911.794	12.385	924.179
Capital social	334.709	-	334.709	334.709	-	334.709
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.290	-	2.290	2.290	-	2.290
Prejuízos acumulados	(6.715)	(12.385)	(19.100)	(6.715)	(12.385)	(19.100)
Total do patrimônio líquido	330.284	(12.385)	317.899	330.284	(12.385)	317.899
Total do passivo e patrimônio líquido	509.207	(12.385)	496.822	1.242.078	-	1.242.078

- **Demonstração do resultado**

	Controladora 31 de dezembro de 2018			Consolidado 31 de dezembro de 2018		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	155.248	-	155.248
Custo da operação, conservação e compras	-	-	-	(69.651)	(12.385)	(82.036)
Lucro bruto	-	-	-	85.597	(12.385)	73.212

Receitas (despesas) operacionais

Administrativas, pessoal e gerais	(325)	-	(325)	(11.026)	-	(11.026)
Outras receitas (despesas) operacionais	2	-	2	(60)	-	(60)
Resultado de equivalência patrimonial	(676)	(12.385)	(13.061)	-	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais	(999)	(12.385)	(13.384)	(11.086)	-	(11.086)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(19.384)	-	(19.384)	(93.268)	-	(93.268)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.383)	(12.385)	(32.768)	(18.757)	(12.385)	(31.142)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(1.626)	-	(1.626)
Lucro (prejuízo) do exercício	(20.383)	(12.385)	(32.768)	(20.383)	(12.385)	(32.768)

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas às operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos	516	1	26.986	69
Aplicações financeiras	-	436	1.042	3.830
Caixa e equivalentes de caixa	516	437	28.028	3.899
Caixa restrito	-	-	30.358	55.323
Total caixa, equivalentes e caixa restrito	516	437	58.386	59.222

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, livres de IOF, lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 10.

A remuneração média das aplicações financeiras de liquidez e caixa restrito em 31 de dezembro de 2019 foi de 92,31% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável. A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 15.

	Consolidado	
	2019	2018

Excedente CCEAR	23.952	-
Contratos LER	14.209	-
MCP – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”	15.924	34.317
Outras contas a receber	42	-
Total	54.127	34.317

Apresentados no ativo:		
Circulante	30.175	13.806
Não circulante	23.952	20.511

Contas a receber regulado (LER e distribuidoras): representados por contas a receber de distribuidoras e LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões, bem como contratos no âmbito do PROINFA que são faturados exclusivamente para a Eletrobras. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2019 e 2018, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL a recuperar	163	130	3.627	146
Adiantamento a fornecedores	-	-	84	6
Partes relacionadas (Nota 13)	13.044	14.185	338	-
Despesas a apropriar	-	-	1.271	-
Outros	-	1.869	-	894
Total	13.207	16.184	5.320	1.046

Apresentados no ativo:

Circulante	1.056	1.999	5.320	1.046
Não circulante	12.151	14.185	-	-

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 13.

8. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

8.1 Movimentação dos investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição dos investimentos e sua movimentação:

	Controladora
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	301.084
Aumento de capital	189.041
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.445
Resultado de equivalência patrimonial	(13.061)
Dividendos	(6.610)
Baixa de investimentos em projetos	(1.894)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	473.005
Resultado de equivalência patrimonial	28.017
Aumento de capital	4.268
Dividendos complementares	(34)
Dividendos mínimo obrigatório	(2.822)
Redução de capital	(17.161)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	485.273

9. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas

úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

Imobilizado				Consolidado
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.423	-	592.912	594.335
Adições	496	-	578.060	578.556
Depreciação	(24.399)	(999)	-	(25.398)
Transferências	1.104.286	31.213	(1.135.499)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.081.806	30.214	35.473	1.147.493
Adições	1.470	-	1.999	3.469
Depreciação	(39.771)	(1.173)	-	(40.944)
Transferências	25.951	1.492	(27.443)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.069.456	30.533	10.029	1.110.018

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2019 são as seguintes:

UGC	Taxas de depreciação	
	Máquinas e equipamentos	Edificações
CEA II	4,0%	2,06%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos, financiamento e debêntures são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo e movimentação no exercício

	Controladora					
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Debêntures	7.170	6.145	149.725	151.416	156.895	157.561
	7.170	6.145	149.725	151.416	156.895	157.561
Custos de transação	(959)	(959)	(9.914)	(10.314)	(10.873)	(11.273)
Total	6.211	5.186	139.811	141.102	146.022	146.288

	Consolidado					
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contratos BNDES	30.208	24.324	706.021	732.728	736.229	757.052
Debêntures	7.187	6.145	149.609	151.416	156.796	157.561
	37.395	30.469	855.630	884.144	893.025	914.613
Custos de transação	(959)	(959)	(9.914)	(10.314)	(10.873)	(11.273)
Total	36.436	29.510	845.716	873.830	882.152	903.340

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2019	2018
UGC CEA II	BNDES	Junho/2034	mensal	TJLP + 2,75%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	736.229	757.052
UGC CEA II	Debêntures	Junho/2030	Semestral	ICPA + 6,66%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	156.796	157.561
						893.025	914.613

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios é demonstrada a seguir:

Controladora	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	146.288
Pagamento de principal	(10.621)
Encargos financeiros pagos	(7.756)
Encargos financeiros provisionados	17.711
Amortização de custo de transação	400
Saldos em 31 de dezembro de 2019	146.022

Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	903.340
Pagamento de principal	(34.018)
Encargos financeiros pagos	(49.679)
Encargos financeiros provisionados	62.109
Amortização de custo de transação	400
Saldos em 31 de dezembro de 2019	882.152

10.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2020	34.069	96.111	130.180
2021	32.463	104.153	136.616
2022 a 2024	142.495	341.732	484.227
2025 a 2027	191.877	307.234	499.111
2028 a 2030	216.651	162.015	378.666
2031 a 2032	139.586	31.826	171.412
Após 2033	123.454	8.173	131.627
	880.595	1.051.244	1.931.839

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

10.3 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 9): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.4 *Covenants* financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2019
Geração de caixa das atividades (a)	153.529
(+) Lucro antes do IRPJ e CSLL	14.048
(+) Resultado financeiro	108.810
(+) Depreciações e amortizações	40.957
(-) IRPJ e CSLL apurados	(10.286)
Serviço da dívida (b)	83.697
Amortização de principal	34.018
Pagamento de juros	49.679
ICSD auferido (a)/(b)	1,83

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018 (reapresentado)
Fornecedores O&M e serviços gerais	6	-	1.030	-
Compra de energia	3	5	1.234	13.632
	9	5	2.264	13.632
Apresentados no passivo:				
Circulante	9	5	2.264	1.247
Não circulante	-	-	-	12.385

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1, a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização¹ de cada unidade.

¹ O processo de sazonalização para fins de lastro na CCEE define os montantes mensais que serão utilizados na aferição dos ajustes dos agentes em relação à venda de energia e sua geração.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Partes relacionadas (Nota 13)	35.101	28.343	3.803	-
Dividendos a pagar (Nota 13)	-	4.287	-	4.287
Serviços	45	-	1.388	425
Provisão diversas	-	-	2.501	-
	35.146	32.630	7.692	4.712
Apresentados no passivo:				
Circulante	34.392	4.287	5.170	4.712
Não circulante	754	28.343	2.522	-

13. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

13.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

13.1.1 Controladora

	2019						2018
	Ativo circulante		Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante		Dividendos a pagar
	Dividendos a receber	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações		
CEA	-	22	-	-	-	(4.287)	
Omega Geração S.A.	-	158	-	-	-	-	
PEA III	-	1.307	-	1.536	-	-	
PEA IV	884	-	(15.295)	-	(12.518)	-	
PEC III	-	2.304	-	2.764	-	-	
PECP I	461	-	(1.699)	-	(1.856)	-	
PECP II	99	-	(2.981)	-	(3.198)	-	
PED II	669	-	(5.917)	-	(4.491)	-	
PED III	329	-	-	2.666	-	-	
PEL I	67	30	(7.412)	-	(6.280)	-	
PEL II	-	6.792	-	6.995	-	-	
PEL V	313	2.431	(1.797)	224	-	-	
	2.822	13.044	(35.101)	14.185	(28.343)	(4.287)	

O saldo de outros créditos e outras obrigações com partes relacionadas do Consolidado perfaz o montante de R\$5.320 em 31 de dezembro de 2019 (R\$338 em 2018) e R\$3.803 (R\$ zero em 2018), respectivamente.

13.1 Demonstração de resultados

O grupo despesas administrativas refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros). Os valores positivos refletem o repasse de custos da Companhia para as partes relacionadas. Eventualmente são realizadas operações de compra e venda de energia entre partes relacionadas.

	2019		
	Controladora	Consolidado	
	Custo da operação, conservação e compras	Custo da operação, conservação e compras	
		Administrativa, pessoal e gerais	
Omega Geração S.A. e controladas	-	(65)	(3.232)
Parque Eólico Assuruá II S.A. ("PEA II")	-	11	-
Parque Eólico Assuruá V S.A. ("PEA V")	-	37	-
Parque Eólico Assuruá VII S.A. ("PEA VII")	-	36	-
PEL V	(71)	-	-
	(71)	19	(3.232)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, quando aplicável.

14.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$343.193 (R\$ 334.709 em 2018), representado por 83.484.048 ações ordinárias (75.000.000 em 2018). As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora CEA.

Em assembleia geral extraordinária de 28 de fevereiro de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$8.484, com a emissão de 8.484.048 de ações preferenciais, precificadas em R\$1,00/ação.

14.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou os lucros do período para absorção dos prejuízos acumulados referente ao exercício 31 de dezembro de 2018.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Consolidado			
	2019		2018	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Contabilização CCEE	3.447	-	-	-
Excedente/(déficit)	238	-	(9.433)	-
LER	203.066	453.768	170.564	-
Impostos	(7.546)	-	(5.883)	-
Total	199.205	453.768	155.248	-

16. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2019	2018
Compra de energia	-	(12.385)
Depreciação e amortização	(25.643)	(25.398)
O&M	(12.323)	(27.358)
Encargos regulatórios	(11.961)	(10.612)
Outros	(820)	(6.283)
Total	(50.747)	(82.036)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Consolidado	
	2019	2018
Despesas de pessoal, geral e administrativas	(24.414)	(11.026)
Outras	(1.175)	-
Total	(25.589)	(11.026)

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Juros s/ aplicações financeiras	119	681	1.554	2.609
Outras receitas	411	-	1	2.640
Pis e Cofins sobre receita financeira	(23)	-	(140)	-
	507	681	1.415	5.249
Despesas financeiras:				
Juros s/ empréstimos e debêntures	(17.711)	(10.842)	(62.109)	(64.231)
IOF	(102)	(117)	(322)	(1.800)
Taxas e comissões	(3.325)	(1.391)	(11.893)	(4.353)
Outras despesas	(3.073)	(7.715)	(35.901)	(28.133)
	(24.211)	(20.065)	(110.225)	(98.517)
Resultado financeiro líquido	(23.704)	(19.384)	(108.810)	(93.268)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	2019	2018	Categoria
Caixas e equivalentes	28.028	3.899	A
Caixa restrito	30.358	55.323	A
Clientes	54.127	34.317	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	882.152	903.340	A
Fornecedores	2.264	13.632	A

A – Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 Efeito do Novo Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

A Companhia vem acompanhando o avanço da pandemia do novo Coronavírus ("Covid-19") e não foi observado até a data da apresentação das demonstrações financeiras nenhum impacto relevante nas atividades da Companhia, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus Covid-19. Também foram adotadas medidas de segurança para as unidades administrativas com o objetivo de manter a continuidade das atividades conforme determina o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto e qualquer mudança iremos informar ao mercado.

* * *

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEA II – Centrais Eólicas Assuruá II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício correspondente

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outros auditores que emitiram parecer sem ressalvas datado de 1º de março de 2019.

Ênfase

Reconhecimento de contingências passivas referentes ao déficit de energia nos contratos CCEAR

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Companhia identificou passivos referentes a déficit de energia nos contratos CCEAR para os quais não existia provisão contabilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia concluiu que por se tratar de uma incorreção naquelas demonstrações financeiras, aplicou os requerimentos contábeis do CPC 23 para correção de erros, ajustando os balanços e demonstrações de resultados individuais e consolidados apresentados para fins comparativos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Efetuamos procedimentos de auditoria apenas em relação aos ajustes registrados pela Companhia para correção dos saldos anteriormente apresentados e concluímos que os mesmos foram adequadamente registrados.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

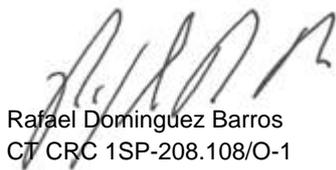
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se conclirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1